

Categoria cobra pagamento antecipado de férias, emitido pela Secretaria de Educação no contracheque de 15 mil servidores. Maristela Neves admite "falha humana"

CORREIO BRAZILIENSE 22 JAN 2005

Erro na folha irrita professor

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Os professores da rede pública do DF cobram do governo a antecipação da remuneração de férias. O benefício, que corresponde a 40% do salário dos servidores, foi previsto no contracheque de cerca de 15 mil profissionais. Mas a Secretaria de Educação não tem dinheiro para pagar os professores e atribuiu o equívoco a uma "falha humana" na confecção da folha de pagamento. O GDF precisaria de cerca de R\$ 30 milhões para honrar os contracheques emitidos em dezembro.

O Sindicato dos Professores do DF (Sinpro) promete entrar na Justiça para cobrar o pagamento da antecipação. A categoria alega que o governo está descumprindo a Lei Distrital 1.139/96. A legislação assegura o adiantamento do salário do respectivo mês a servidores da administração direta e indireta e prevê o desconto em duas parcelas mensais sucessivas. Como os professores têm férias coletivas em janeiro, metade dos funcionários da Educação pediu o benefício ao GDF. O governo alega não ter dinheiro em caixa e promete pagar o salário integralmente até o dia 5 de fevereiro. Os professores querem o pagamento imediato da antecipação.

A secretária de Educação, Maristela Neves, lamenta o erro na emissão dos contracheques, realizada em dezembro. Ela explica que o governo oferece o

Carlos Vieira/CB/ 27.1.04



MARISTELA NEVES, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO: GDF NÃO TEVE ARRECADAÇÃO SUFICIENTE PARA PAGAR BENEFÍCIO

benefício aos professores sempre que tem recursos disponíveis. A antecipação de 40% do salário antes das férias não é paga pelo GDF desde 2002. "Não conseguimos antecipar os recursos do Fundo Constitucional, para o pagamento da folha de pessoal dos servidores da educação. E a arrecadação tributária do GDF em janeiro é insuficiente para cobrir esses gastos", justifica Maristela.

O secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, afirma que o GDF não tem obrigação de antecipar o salário dos servidores an-

tes das férias. "O governo não vai emprestar dinheiro sem juros a ninguém. Já pagamos em dia um terço das férias dos professores, o que é uma exigência legal", explica o secretário de Fazenda.

Expectativa

A expectativa dos professores quanto à antecipação salarial começou em novembro. Os servidores interessados em receber o adiantamento pediram o pagamento do benefício em formulários distribuídos pela Secretaria de Educação. "O governo criou expectativa entre os

professores e depois recuou. Muitos servidores anteciparam o dinheiro em bancos e não receberam o adiantamento", reclama Maria Augusta Ribeiro, diretora do Sinpro.

O professor da Escola Classe 63 de Ceilândia Joel Teles é um dos 15 mil servidores da educação que pediram o adiantamento da remuneração das férias. Há três semanas ele pediu um empréstimo ao BRB, esperando a liberação de 40% do salário. Os recursos não foram liberados, e a conta do professor ficou no vermelho. "O pagamento saiu

no meu contracheque, mas o dinheiro não foi liberado. Agora preciso de mais um empréstimo para pagar minhas dívidas", lamenta Joel Teles.

A Lei 1.139 foi publicada no *Diário Oficial* do DF em julho de 1996. A diretora do Sinpro Maria Augusta Ribeiro está confiante em uma decisão da Justiça favorável à categoria. "O atraso no pagamento do benefício mostra o descaso do governo com os professores. Mesmo com o direito assegurado em lei, os servidores da área não conseguem receber o adiantamento da remuneração das férias", explica.

A secretária de Educação, Maristela Neves, explica que este ano a União não antecipou o repasse dos recursos do Fundo Constitucional do DF — destinados ao pagamento dos servidores das áreas de saúde, segurança, além da educação. "O governo não fabrica dinheiro. Sem arrecadação, o GDF não tem recursos em caixa e conseqüentemente não pode antecipar o pagamento da remuneração das férias", justifica Maristela.

O governo gasta cerca de R\$ 150 milhões por mês para pagar os salários dos professores da rede pública de ensino. Os R\$ 30 milhões necessários ao pagamento da antecipação representa cerca de 20% dos gastos mensais. As férias coletivas dos servidores da educação começaram no dia 10 de janeiro. No dia 15 de janeiro, o governo pagou o abono de um terço do valor das férias dos professores, garantido pela Constituição a todos os servidores públicos.